

O SISTEMA DE ENSINO APOSTILADO E A PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

AZEVEDO, Antulio José de¹

RESUMO

O presente artigo repercute a municipalização do ensino fundamental e a fragilidade dos pequenos municípios em relação às empresas que comercializam produtos e serviços educacionais, principalmente os sistemas de ensino apostilado e a assessoria didático-pedagógica. Esta injunção da empresa capitalista na educação municipal representa uma forma de privatização da escola pública e a inibição da iniciativa do professor para planejar a sua ação pedagógica, produzir sua aula e o conhecimento sistematizado.

PALAVRAS CHAVE: Sistema de ensino – ensino apostilado – privatização da escola

ABSTRACT

The present article reverberates to assume of basic education for the city and the fragility of the small cities in relation to the companies who commercialize educational products and services, mainly the systems of emended education and the didactic-pedagogical assessorship. This injunction of the capitalist company in the city education represents a form of privatization of the public school and the inhibition of the initiative of the teacher to plan its pedagogical action, to produce its lesson and the systemize knowledge.

KEY WORDS: System of education - emended education - privatization of the school

1 INTRODUÇÃO

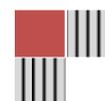
Com o advento da municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Municípios passaram a representar um rico filão para a comercialização de produtos e de serviços educacionais, a serem utilizados nas escolas municipais.

A variedade de tais acessórios oferecidos é ampla, compondo uma extensa lista, e diariamente uma verdadeira legião de vendedores bate às portas das Secretarias Municipais da Educação na expectativa de realizar um bom negócio.

Destacam-se nesta lista, dentre outros produtos e serviços, mobiliário escolar, brinquedos, produtos de informática, softwares educativos, programas de computação, materiais didáticos, assessoria administrativa e didático-pedagógica, livros de literatura infanto-juvenil, e, principalmente, o campeão de vendas, o sistema de ensino apostilado.

Sobre a conceituação deste produto e serviço, Carvalho; Costa (2008, p. 2) parafraseando Motta (2001) declaram que

¹ Professor Doutor, Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas da Associação Cultural e Educacional de Garça; Secretário da Educação do Município de Gália (SP). E-mail: antuliojose@uol.com.br
A Revista Científica Eletrônica do Curso de Bacharelado em Turismo é uma publicação semestral da Faculdade de Ciências Humanas de Garça FAHU/FAEF e Editora FAEF, mantidas pela Associação Cultural e Educacional de Garça – ACEG. Rod. Comandante João Ribeiro de Barros – KM1 – CEP: 17400-000 - Garça/SP – Tel.: (0XX14) 3407-8000 –www.revista.inf.br – www.editorafaef.com.br – www.faeef.br.



O ensino apostilado consiste numa metodologia centrada no material didático denominado apostila, cujo conteúdo é uma compilação de informações mais importantes sobre cada disciplina, exercícios, gravuras, esquemas, etc, proporcionando um ensino mais organizado, prático e racional. Um dos possíveis desdobramentos desta metodologia resulta na fragmentação do conhecimento, incapacitando o indivíduo de compreendê-lo de forma global, assim como as causas, processos, consequências e contexto.

Além das inúmeras empresas que se especializaram neste mercado, seus divulgadores ou vendedores são muito bem treinados, agressivos e convincentes, sendo muito remota a hipótese de não realizarem uma boa venda, quando recebidos pelas autoridades responsáveis pela educação no Município.

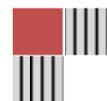
Esta questão tornou-se tão significativa que merece a presente reflexão, a qual tem o intuito de provocar o debate sobre o tema e de servir de alerta aos alunos do Curso de Pedagogia e aos professores das escolas de educação básica que, talvez por ingenuidade, não vêm dando a devida atenção ao mesmo.

2 A FRAGILIDADE DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS FRENTE A ASTÚCIA DAS GRANDES EMPRESAS

De maneira geral, a municipalização do ensino foi imposta abruptamente pelos Estados aos Municípios.

Valendo-se do imperativo constitucional, § 2º, do Artigo 211 da Constituição Federal, que prescreve, “os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”, bem como, do que determina a Lei Federal nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incumbe aos municípios igual responsabilidade, assim expressa no Inciso V do Artigo 11, “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental [...]”, os Estados Brasileiros, principalmente o Estado de São Paulo, pressionaram os municípios a promoverem a municipalização do Ensino Fundamental em caráter de urgência.

Entretanto, tais decisões foram tomadas nos gabinetes dos poderes executivos centrais, numa forma de concepção e de implantação deste processo até certo ponto unilateral, sem ao menos ter havido uma consulta ou debate com as autoridades municipais, principais protagonistas deste processo, quanto mais no que se refere aos profissionais do magistério e à comunidade em geral.



Segundo Arelaro (2007, p. 916, apud CARVALHO; COSTA, 2008, p.2),

O processo de municipalização do ensino foi implementado sem a mediação dos debates políticos com a sociedade. Os municípios não tiveram tempo suficiente, nem condições técnicas e financeiras, de se planejarem para assumir esse aumento de responsabilidades decorrentes dessa nova diretriz para o financiamento da educação básica.

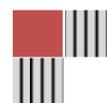
A urgência na concretização deste processo frustrou, principalmente aos pequenos municípios, a possibilidade de criar uma estrutura adequada e de formar uma equipe técnico-pedagógica e de gestão eficiente, que pudesse assumir e fazer frente às dificuldades da implantação dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tal situação gerou uma insegurança muito grande nas administrações municipais, transformando, em virtude disso, os pequenos municípios em clientes potenciais de produtos e serviços educacionais, pois os mesmos passaram a buscar avidamente soluções para os problemas advindos com a municipalização do Ensino Fundamental, sendo os sistemas de ensino apostilado e a assessoria didático-pedagógica os mais disputados.

No que se refere à submissão dos Municípios a este mercado, Adrião, Garcia, Borghi e Arelaro (2009, p. 5) observam que de 1994 a 2007 no Estado de São Paulo,

um número significativo de municípios paulistas fez opção pela compra de sistemas apostilados de ensino. Até o ano de 2007, 154 municípios declararam manter a parceria. Em sua maioria, são municípios de pequeno porte que, na década de 1990, assumiram responsabilidades para com a oferta do nível obrigatório de ensino, para as quais, provavelmente, não estavam preparados. Tal situação parece confirmar a hipótese de que os pequenos municípios possuem condições mais adversas, do ponto de vista político e operacional para a oferta educacional.

Outros fatores foram decisivos para que os Municípios optassem pela contratação de tais serviços. Destacam-se, dentre estes, as críticas generalizadas sobre a baixa qualidade da escola pública; a incerteza de que a equipe local e os professores contratados pelo Município possam reverter tal situação; o discurso segundo o qual a escola particular é bem sucedida, o sendo principalmente porque adota sistema de ensino apostilado; a panacéia milagrosa que os prestadores de tais serviços se comprometem oferecer, capaz de solucionar todos os males educacionais que os afligem. Além destes aspectos, existe a hipótese de que a adoção pelo Município de um sistema de ensino apostilado de “grife” possa agradar aos pais e, em consequência disso, trazer dividendos políticos para o chefe do poder executivo municipal.



3 CONSEQUENCIAS DA IMPLANTAÇÃO DO SISEMA APOSTILADO DE ENSINO

Sem considerar o resultado da implantação dos sistemas de ensino apostilado na educação municipal, pois tem havido muita controvérsia quanto a sua eficácia (ADRIÃO; GARCIA; BORGHI; ARELARO, 2009; TREDICI, 2007), é interessante repercutir alguns efeitos colaterais que a contratação pelos Municípios deste tipo de serviço causa, os quais, contudo, tem sido imperceptíveis pelas autoridades educacionais do Município e principalmente pelos professores.

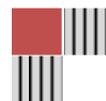
Talvez a principal consequência nefasta da contratação do sistema apostilado de ensino seja a separação entre pensar e fazer, planejar e executar, trabalho intelectual e trabalho empírico, no processo ensino-aprendizagem. O professor recebe o manual contendo as aulas já preparadas e as atividades destinadas aos alunos selecionadas e resolvidas. Aos alunos são oferecidas as apostilas que trazem os conceitos a serem aprendidos, bem como, as atividades de fixação da aprendizagem.

Neste processo, a ação pedagógica do professor limita-se tão somente à reprodução dos conteúdos presentes nos manuais. Ele não precisa preocupar-se em selecionar os objetivos de ensino e as competências que espera sejam desenvolvidas por seus alunos, nem com a escolha da metodologia de ensino a ser adotada, ou com a seleção dos recursos auxiliares, das atividades de fixação da aprendizagem, das formas de avaliação, em suma, ele não necessita planejar seu trabalho pedagógico, pois os manuais trazem tudo pronto, bastando apenas segui-los.

Tal procedimento representa um reducionismo da função e do papel do professor, principalmente no que diz respeito à essência de sua missão, qual seja, de planejar seu trabalho pedagógico, de produzir o conhecimento, de produzir sua aula, de acordo com o contexto socioeconômico e a realidade da comunidade em que a escola está inserida.

As apostilas dos sistemas de ensino são elaboradas para atender a um coletivo de escolas de diferentes Municípios, como se todas fossem iguais, ignorando a diversidade sociocultural que permeia cada comunidade local e a formação etnográfica do alunado que frequenta suas escolas, como no dizer de Freire (1985), (...) “uma espécie de roupa de tamanho único que serve pra todo mundo e que não serve pra ninguém”.

Freire (1985), também menciona que a transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do aluno é considerada "invasão cultural" ou "depósito de informações"



porque não emerge da cultura produzida pelo homem no lugar onde vive. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno. Conhecê-lo enquanto indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o "conteúdo" a ser trabalhado.

Outro aspecto que também merece ser considerado é o que Adrião; Garcia; Borghi; Arelaro (2007) chamam de "Duplo pagamento pelo mesmo serviço". A aquisição dos sistemas de apostilas pelo município significa que a população está pagando duplamente por materiais didáticos utilizados nas escolas municipais, isto porque, o governo federal já distribui livros didáticos a todas as escolas públicas por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PLND), ao mesmo tempo em que o município utiliza recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para financiar o sistema de ensino apostilado.

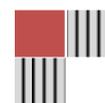
No que se refere à qualidade dos livros didáticos distribuídos pelo governo federal não há o que discutir. As principais editoras brasileiras participam das licitações para venda de tais livros ao poder público e os mesmos são escritos por autores renomados. Além disso, há uma comissão de alto nível junto ao Ministério da Educação para analisar e ranquear os livros produzidos por tais editoras. Vale ainda ressaltar, que a escolha dos livros é feita em cada escola de forma democrática por seus professores.

CONCLUSÃO

A injeção da iniciativa privada no âmago da escola pública representa uma forma de violência simbólica, na medida em que impõe à comunidade escolar, principalmente aos alunos, um conteúdo ideológico estranho à sua realidade e aos seus interesses.

Tal intervenção também representa o cerceamento da liberdade do professor em planejar o trabalho docente, pesquisar e produzir o conhecimento, de realizar sua prática pedagógica com autonomia e de forma emancipada. Desta condição resultam dois agravantes: a limitação da escola para formar cidadãos livres e críticos, capazes de transformar a sociedade, e a interferência ideológica subliminar na elaboração e operacionalização do projeto político pedagógico da escola.

Se os municípios contratam os sistemas de ensino apostilado receosos da ineficiência de seus professores e da equipe técnico-pedagógica para promoverem uma educação de qualidade, melhor seria investir na capacitação continuada dos mesmos, pois em curto prazo o problema estaria resolvido, ao invés de subordiná-los a um modelo de subordinação intelectual e profissional.



Este assunto não se esgota aqui, e devido sua relevância sociocultural, política e econômica merece ser debatido mais amplamente pelos diferentes segmentos sociais, principalmente aos ligados à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Garcia; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de sistemas de ensino por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**. Campinas: Educ. Soc, 2009. v 30. n 108. Disponível em www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0930108.pdf, acessado em 14/04/2010.

TREDICI, Tompson Carlos. Adoção pelos Municípios do Estado de São Paulo, de contratações de sistemas apostilados de ensino de empresas privadas para aplicação nas escolas públicas. São Paulo: TCE/SP, 2007. Disponível em www.tce.sp.gov.br/.../ArtPublicTompsonGestaoDemocEscolaSistemaApostilado.pdf, acessado em 14/04/2010.

CARVALHO, Bruna; COSTA, Áurea de Carvalho. Sistema de ensino apostilado na rede pública municipal. Bauru: Faculdade de Ciências/UNESP, 2009. Disponível em prope.unesp.br/xxi_cic/27_36916343893.pdf, acessado em 14/04/2010.

MOTTA, Carlos Eduardo de Souza. Indústria cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo. In **Cadernos Cedes**. Campinas: UNICAMP, 2001. a 21. n 54.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

